



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração nº 135568-8/01 - Comarca de Recife ✓

Embargante: Uniferro Ltda

Embargado: Estado de Pernambuco.

EMENTA: TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DOS CRÉDITOS DE ICMS. IMPOSSIBILIDADE EM FACE DA REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. ACLARATÓRIOS IMPROVIDOS. DECISÃO UNÂNIME. 1. Na fiscalização empreendida, constatou-se, a partir de lançamentos contábeis e fiscais do próprio embargante o cometimento de inúmeras infrações, todas referentes ao não registro de operações de vendas e saídas de mercadorias. 2. Patente a regularidade do procedimento administrativo fiscal, de forma que a presunção de certeza e liquidez do crédito objeto da execução de origem, prevista no art. 204 do CTN, mantém-se hígida. 3. Pretensão de suspensão da exigibilidade dos créditos de ICMS rechaçada. 4. Por unanimidade, foram improvidos os presentes aclaratórios.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração nº 135568-8/01, acima referenciado, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada nesta data, unanimemente, no sentido de negar-lhe provimento, nos termos dos votos, da ementa e das notas taquigráficas em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 17 de *dezembro* de 2009

Des. Ricardo Paes Barreto
Des. Ricardo Paes Barreto - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Saliente Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração nº 135568-8/01 – Comarca do Recife

Embargante: Uniferro Ltda.

Embargado: Estado de Pernambuco.

RELATÓRIO

Cuida-se de recursos de embargos de declaração diante de acórdão adiante ementado:

EMENTA: TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DOS CRÉDITOS DE ICMS. IMPOSSIBILIDADE EM FACE DA REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Na fiscalização empreendida, constatou-se, a partir de lançamentos contábeis e fiscais da própria agravante o cometimento de inúmeras infrações, todas referentes ao não registro de operações de vendas e saídas de mercadorias. 2. Patente a regularidade do procedimento administrativo fiscal, de forma que a presunção de certeza e liquidez do crédito objeto da execução de origem, prevista no art. 204 do CTN, mantém-se hígida. 3. Pretensão de suspensão da exigibilidade dos créditos de ICMS rechaçada. 4. Por unanimidade, foi improvido o presente agravo de instrumento, cassando-se a interlocutória anteriormente concedida. (AI 135568-8, 8CC, Rel. Des. Ricardo Paes Barreto, DJ de 27/08/2009).

Segundo o embargante, a citada decisão teria sido omissa quanto a ilegalidades ocorridas no procedimento administrativo fiscal, ao fim do qual restou lavrado auto de infração em seu desfavor.

É o relatório:

Recife, 17 de *dez* de 2009

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração nº 135568-8/01 – Comarca de Recife

Embargante: Uniferro Ltda.

Embargado: Estado de Pernambuco.

VOTO

A decisão desta Relatoria é bastante clara quanto à regularidade de procedimento administrativo tributário, ao fim do qual foram constituídos os créditos tributários em desfavor da empresa ora embargante.

Na fiscalização empreendida, constatou-se, a partir de lançamentos contábeis e fiscais do próprio embargante o cometimento de inúmeras infrações, todas referentes ao não registro de operações de vendas e saídas de mercadorias.

O Tribunal Administrativo de Pernambuco (TATE), ao ser provocado por meio de impugnação administrativa, ao contrário do alegado pela empresa embargante, não modificou a fundamentação do auto de infração lavrado, mas apenas aclarou os seus termos, determinando a forma de apuração dos estoques do contribuinte, como pontua esta passagem do seu Acórdão:

“As quantidades de mercadorias vendidas sem emissão de notas fiscais, foi determinada (sic), pelo levantamento dos estoques do autuado. Neste tipo de procedimento se comparam as quantidades de mercadorias registradas no Livro de Inventário com as quantidades das mercadorias declaradas nas notas fiscais de aquisição e venda, registradas no Livro de Registro de Entradas e Saídas do autuado. Como se verifica do demonstrativo, de fls. 05, dessa comparação resultou a comprovação da venda de mercadorias sem notas fiscais.”

Assim, não vislumbro qualquer ilegalidade no procedimento administrativo fiscal no qual resultou a constituição dos créditos de ICMS em desfavor da empresa embargante.

Feitas estas considerações, voto pelo improvimento dos presentes aclaratórios.

Recife, 17 de dezembro de 2009

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator